

# Omissão do Congresso no controle da inteligência



Fernando Exman

Finalmente, aqui e acolá, surgem sinais de que alguns congressistas querem dar nova dinâmica à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Não é um colegiado qualquer. Pouquíssimo conhecido pelo público em geral, ele foi concebido para verificar a legalidade das ações das diversas instituições que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). E aqui deve-se registrar, por justiça, a importância desses órgãos no processo decisório da Presidência da República. Como em outros países, a comissão deveria analisar orçamentos, a eficiência e eficácia de cada uma dessas agências. Por aqui, contudo, ela tem sofrido até com uma insistente falta de quórum para conseguir cumprir minimamente sua missão: a defesa do próprio estado democrático de direito. Não é de se espantar, portanto, que sua composição tortou-se ainda mais estratégica depois dos ataques do dia 8 de janeiro. Integrantes do núcleo bolsonarista fizeram questão de estar na seleta comissão, o que tem dificultado a aprovação de requerimentos. Os poucos parlamentares que a frequentam contam, sob

a condição de anonimato, como são os bastidores da comissão. Para acessar documentos, até mesmo senadores e deputados precisam deixar seus telefones celulares em outra sala. O parlamentar assina um termo de confidencialidade, lê o documento de seu interesse e devolve para o secretariado. Cópias são proibidas. Normalmente, as reuniões são secretas. Uma exceção foi a última sessão da comissão, na quarta-feira (25). Não há palavra melhor para descrevê-la do que “constrangedora”. Sua convocação ocorreu para que o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, prestasse esclarecimentos sobre a Operação Última Milha, da Polícia Federal. Dias antes, a PF prendera servidores da Abin por uso irregular de um sistema de geocalização. Segundo os investigadores, a espionagem teria ocorrido durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Entre 2019 e 2021, teriam sido rastreados supostos adversários do ex-presidente, políticos, jornalistas, advogados, servidores do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

O início da sessão foi aberto. De pronto, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) pediu a palavra: expôs a omissão do Congresso em sua missão de fiscalizar o setor e pediu apoio na tramitação de duas proposições. O primeiro é um projeto para alterar a lei que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Abin. A ideia é determinar que a agência envie relatório trimestral ao órgão de controle externo da atividade de inteligência, ou seja, a CCAI, contendo informações detalhadas, em qualquer grau de classificação de sigilo, sobre suas operações, ações, produtos de inteligência e bens e serviços utilizados. De forma complementar, a segunda iniciativa de Zarattini é uma proposta para aprimorar a resolução que rege a própria Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Se ela for aprovada pelo Congresso, a CCAI teria meios para fiscalizar a execução orçamentária e financeira da Abin, inclusive quanto às suas compras, aquisições e contratações protegidas por sigilo. Isso valeria, também, para outros órgãos do sistema de inteligência. A comissão poderia convocar ministros e outras autoridades subordinadas ao presidente da República, como o diretor-geral da Abin, para prestarem

pessoalmente informações ao colegiado. Mas, mais do que isso, os órgãos componentes do Sisbin precisariam submeter à CCAI relatórios periódicos para instrução de suas atividades de fiscalização e controle. “A CCAI está funcionando de forma reativa”, argumenta o deputado. Para ele, em vez de poder requisitar documentos, o ideal é inverter e tornar obrigatório o envio periódico de relatórios. “A comissão precisa ter perenidade. A gente vive um problema eterno no Congresso: ninguém se preocupa com a questão da segurança nacional.” Naquela quarta-feira, enquanto a sessão ainda seguia aberta, Luiz Fernando Corrêa fez um breve pronunciamento para tentar acalmar os ânimos. Assegurou que a Abin “não tem compromisso com o erro”. Argumentou que a operação da PF se referia a questões do passado, lembrando que uma sindicância interna já havia sido instaurada. Assegurou que seu objetivo é construir novos procedimentos baseados em princípios de auditabilidade e rastreabilidade. A portas fechadas, veio a pressão. Sem informações detalhadas sobre quem seriam os alvos do esquema desbaratado pela PF, o meio político insistiu em saber quais

informações eram buscadas e como elas seriam usadas. Lembrou-se, também, que o atual governo já havia sido alertado de que um dos servidores exonerados tinha sido auxiliar direto de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, preso após os atos do dia 8 de janeiro. Outro servidor já havia respondido a denúncias por supostas interceptações telefônicas de ministros do Supremo e, mesmo assim, preservado na atual gestão. Esses tópicos já haviam surgido durante a sabatina de Corrêa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE). A apreciação de seu nome, aliás, foi adiada algumas vezes devido à relutância do presidente da CRE, senador Renan Calheiros (MDB-AL), de cancelar o nome de um diretor-geral da Abin sem poder impedir que os adjuntos escolhidos por este sejam nomes considerados polêmicos. A partir do ano que vem, seguindo as regras regimentais, Renan Calheiros será o presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso.

**Fernando Exman** é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras  
**E-mail** fernando.exman@valor.com.br

## Governo Decreto cria diretoria que cuidará do presidente, vice, ministros e autoridades estrangeiras Lula cria regras para PF na segurança presidencial

Edna Simão e Fabio Murakawa  
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu criar a Diretoria de Proteção à Pessoa, vinculada à Polícia Federal, para cuidar de sua segurança, da do vice-presidente e de ministros. O órgão, oficializado no “Diário Oficial da União” dessa terça-feira, atuará em coordenação com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), quando demandada pelas autoridades. A medida ocorre no contexto

de uma disputa entre a Polícia Federal e o GSI pelo comando da segurança do presidente. Desde que assumiu, por conta da proximidade de setores militares com o ex-presidente Jair Bolsonaro, Lula havia delegado o trabalho a policiais federais em uma estrutura temporária criada por medida provisória que perdurou por seis meses. Em junho, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que haveria uma “estrutura híbrida”, com militares e policiais federais, mas sob o comando do GSI.




Em junho, Costa anunciou modelo híbrido

A cúpula da PF, no entanto, descartava colocar seus homens em subordinação aos militares e decidiu criar a nova diretoria. Agora, os policiais federais serão cedidos, quando solicitados, a fazer a segurança das autoridades, mas continuarão formalmente subordinados à Polícia Federal. O novo decreto regulamenta a função dos policiais federais na estrutura de segurança, após meses sem regras claras a esse respeito. Avesa aos militares, a primeira-dama Janja da Silva continuou a ter uma equipe exclu-

siva de policiais federais a cuidar de sua própria segurança, mesmo sem essas regras. Pelo decreto, a nova diretoria cuidará também da segurança de dignitários estrangeiros em visita ao país, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores; a segurança pessoal, excepcionalmente, de autoridades federais, quando determinadas pelo ministro da Justiça e Segurança Pública; e segurança orgânica institucional, proteção à pessoa, de grandes eventos e de depoentes especiais.

O decreto publicado nessa terça-feira no “DOU” altera um anterior publicado em 1º de janeiro que trata da estrutura regimental e do quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Ainda pelo novo texto, quando a autoridade federal a ser protegida pertencer a outro Poder, a Polícia Federal atuará em articulação com o respectivo órgão de segurança institucional.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**

**CURITIBA**

**AVISO**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO RDC PRESENCIAL Nº 009/2023 – SMOP/OPO**

O MUNICÍPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, através do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) – PRESENCIAL, do tipo MAIOR DESCONTO, modo de disputa FECHADA, pelo Regime de Contratação EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, com fundamento legal no inciso IV e § 1º do Art. 1º, da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, visando a contratação de empresa de engenharia civil para execução de Bacias de Detenção, incluindo estruturas de controle e muros de contenção, na sub-bacia do Rio Cascatinha, Bacia do Rio Barigui, nos trechos entre a Rua José das Chagas Lima e Avenida Manoel Ribas, em Santa Felicidade, Curitiba, Paraná, com recursos municipais e recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, repassados por meio da CAIXA, através do Termo de Compromisso nº 0351.030-77, celebrado entre o Governo Federal e o Município de Curitiba, cuja caracterização e abrangência estão descritas no Edital e seus anexos. O valor total da licitação é de **R\$ 10.491.731,82 (dez milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos)**. O envelope contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser protocolado no Serviço de Protocolo da SMOP até o **dia 30 de novembro de 2023** até às **09h**. Os envelopes contendo as propostas de preços serão abertos em sessão pública às **09h30 do mesmo dia 30 de novembro de 2023** no Auditório da Sede da Secretaria Municipal de Obras Públicas – SMOP situada na rua Emílio de Menezes nº 450, Bairro São Francisco, Curitiba – Paraná. O Edital encontra-se disponível para download no site [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br) no banner “Transparência”, ou ainda, junto à Gerência de Licitações e Cadastramento da SMOP, no endereço acima mencionado. Os documentos integrantes deste edital estão disponíveis para “download” no Portal da Transparência, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do [link: https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx](https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx) onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação, ou poderão ser retirados na Unidade Gestora Local da SMOP, situada na Rua Quari, 405 – Bairro São Francisco – Curitiba Paraná, Fone:(41) 3350-9081 de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, **mediante prévio requerimento da licitante interessada**, endereçada à COMISSÃO ESPECIAL, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer pen drive ou similar para extração de cópias. Para empresas licitantes cuja sede não está localizada em Curitiba, a solicitação, assinada pelo seu representante legal mediante certificação digital, poderá ser enviada por e-mail endereçada à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO para o correio eletrônico [uglsmop@curitiba.pr.gov.br](mailto:uglsmop@curitiba.pr.gov.br).

Curitiba, 01 de novembro de 2023.  
Rodrigo Araujo Rodrigues  
**Secretário Municipal de Obras Públicas**




**EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0749/2023 – HUOP/UNIOESTE. Objeto:** Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de climatização do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP. **Valor máximo total estimado:** R\$ 3.247.381,92. **Recebimento das propostas:** Das 09:00h do dia 01/11/2023 até às 09:00h do dia 21/11/2023. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 21/11/2023 09:00 h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto ao Setor de Licitação do HUOP, ou Fone/whatsapp: 45 3321-5397, ou ainda nas home-pages <https://huopforum.unioeste.br/>, [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br), [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br) em conformidade com o Decreto Estadual nº 10.086, de 17/01/2022. Cascavel, 31/10/2023.



**TOMADA DE SUBSÍDIOS Nº 1/2023-AGEPAR**  
**Prorrogação de Prazo**

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições nos termos da Lei Complementar Estadual nº 222/2020, **comunica** aos interessados que o **prazo** de encerramento da **TOMADA DE SUBSÍDIOS Nº 1/2023**, destinada a obter contribuições, críticas e sugestões para as “**metodologias a serem utilizadas na 1ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) do serviço de distribuição de Gás Canalizado no Estado do Paraná**”, consoante as informações e notas técnicas contidas no processo administrativo de protocolo nº 21.083.436-2, **foi prorrogado**, ficando aberto até as 20h00min do **dia 17 de novembro de 2023**, conforme contido no processo administrativo de protocolo nº 21.245.846-5. O objeto da tomada de subsídios, bem como demais informações relativas à sua realização, continuarão disponíveis no site da Agência, na aba Participação Social – Tomada de Subsídios – Tomada de Subsídios em Andamento (disponível em <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Tomada-de-Subsidios>) – **Tomada de Subsídios nº 1/2023**.  
Curitiba/PR, 30 de outubro de 2023.  
(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)  
Reinhold Stephanes - **Diretor-Presidente**


**Marfrig Global Foods S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031**Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de março de 2023**



**EDP - Energias do Brasil S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03 - NIRE 35.300.179.731

**Ata da 327ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de outubro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada às 10:00 horas do dia 20 (vinte) de outubro 2023, na sede social da EDP - Energias do Brasil S.A. (“Companhia” ou “EDP Brasil”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, Lapa de Baixo - Cep 05069-900, nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi convocada na forma do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e instalada com a presença do Presidente do Conselho de Administração Sr. Miguel Stilwell de Andrade, do Vice-Presidente do Conselho de Administração Sr. João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, e dos(as) Conselheiro(s) Srs.(as.) Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira, Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro, Ana Paula Garrido de Pina Marques, Pedro Sampaio Malan, Francisco Carlos Coutinho Pitella, Modesto Souza Barros Carvalho e Juliana Rozenbaum Munemori. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Miguel Stilwell de Andrade e secretariados pelo Sr. Fábio William Loreti. **4. Ordem do Dia:** O Sr. Presidente da Mesa esclareceu que a presente reunião tem por finalidade deliberar sobre a proposta de contratação, pela Companhia, de empréstimo externo junto Instituição Financeira MUFG Bank, Ltd.. **5. Deliberações:** Após discutida a matéria constante na Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade dos presentes, aprovaram a contratação pela Companhia, de empréstimo externo junto à Instituição Financeira MUFG Bank, Ltd., sob amparo da Lei Nº 4131/1962, no valor total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), com vencimento em 28 de fevereiro de 2024, mediante a celebração do instrumento “Credit Agreement” e da respectiva nota promissória no valor total da operação, nos termos da minuta contratual que fica arquivada na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Os votos proferidos pelos membros do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, serão juntados ao livro próprio logo após a transcrição da presente ata. **Conselheiros:** Miguel Stilwell de Andrade, João Manuel Veríssimo Marques da Cruz, Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira, Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro, Ana Paula Garrido de Pina Marques, Pedro Sampaio Malan, Modesto Souza Barros Carvalho, Francisco Carlos Coutinho Pitella e Juliana Rozenbaum Munemori. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original. **Fábio William Loreti - Secretário da Mesa.** JUCESP nº 421.393/23-3 em 27/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.




**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS**


**CURITIBA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/049/2023-SMOP/OPP**

**OBJETO:** obras de engenharia civil, objetivando a requalificação das calçadas e acessibilidade da Avenida Prefeito Erasto Gaertner, trecho entre as ruas Flávio Dallegrave e Alvaro Botelho, bairro Bacacheri – Curitiba – Paraná – Programa Caminhar Melhor. **APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES** de “Proposta de preços” e dos “Documentos de Habilitação” deverão ser protocolados simultaneamente no “SERVIÇO DE PROTOCOLO” da SMOP, até às **09h** do dia **06/12/2023** com abertura das Propostas de Preços às **09h30** do mesmo dia. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para “download” no “Portal da Transparência”, do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba, através do link: <https://www.transparencia.curitiba.pr.gov.br/sgp/licitacoes.aspx> onde poderá ser realizada a consulta através do número e modalidade da licitação, ou ainda junto à Gerência de Licitações da SMOP, no endereço acima mencionado.

Rodrigo Araujo Rodrigues  
**Secretário Municipal de Obras Públicas**

**/VALORECONOMICO**



**SIGA O VALOR NAS REDES SOCIAIS.**